

VIII SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA
ISSN: 2317-0018
Universidade Estadual de Maringá
29 a 30 de Novembro de 2018

**A INFLUÊNCIA DO MOVIMENTO FEMINISTA EM NOVOS MODOS DE
SUBJETIVAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS**

Jennifer Andrea Ramos dos Reis (Programa de Iniciação Científica, Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá-Paraná, Brasil); Daniele de Andrade Ferrazza (Programa de Iniciação Científica, Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá-Paraná, Brasil).

contato: reisjennifer_@outlook.com

Palavras-chave: Subjetividade. Feminismo. Patriarcado. Gênero. Psicologia Social.

Conforme Michel Foucault (1984), os processos que constituem a subjetividade do sujeito são influenciados pelas formas discursivas do saber e dos dispositivos de poder, ou seja, as relações sociais estão marcadas por dispositivos historicamente constituídos e que provocam a produção de sujeitos assujeitados. A mulher não é uma essência biológica pré-determinada, mas sim uma identidade construída social e culturalmente pelas relações, pelas práticas disciplinares e pelos discursos instituídos, o que torna possível a desconstrução de conceitos normativos impostos pela sociedade machista e patriarcal na construção de possibilidades de novas subjetividades (RAGO, 1998). Conforme Rago (2004), as lutas feministas contribuíram para que fossem firmadas mudanças nos códigos morais e jurídicos, nos valores, nos comportamentos, nas relações intra e interpessoais, nos sistemas de representações e no modo de pensar, a partir de uma construção de um “novo olhar sobre si e sobre o outro”, o que poderá tornar o mundo mais filógeno.

Dessa maneira, a presente pesquisa teve como objetivo compreender a influência do movimento feminista nos modos de subjetivação da mulher brasileira, para entender como elas tem sua subjetividade constituída e constantemente transformada, tanto por concepções impostas pelo modelo patriarcal, falocêntrico, misógino, mas também pelo seu modo de ser próprio instigado inclusive pelos discursos feministas. Sendo assim, foram realizadas cinco entrevistas semiestruturadas com mulheres estudantes da Universidade Estadual de Maringá (UEM), com idade entre 20 e 44 anos. As entrevistas foram gravadas, transcritas e, posteriormente, analisadas de acordo com a análise de conteúdo temática, proposta por Laurence Bardin (1977).

A análise foi feita a partir das colocações das entrevistadas, da forma como os discursos foram ditos e dos significados das palavras empregadas pelas entrevistadas para descrever suas experiências. O procedimento para a análise das entrevistas foi dividido em

VIII SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

29 a 30 de Novembro de 2018

quatro etapas: primeiro, foi realizada uma “leitura flutuante” de todas as transcrições; segundo, foram analisados aspectos recorrentes nos discursos das entrevistadas para a constituição de eixos temáticos; terceiro, foram criadas categorias e subcategorias analisadoras; e, finalmente, foi construído um texto articulando as análises realizadas com as reflexões da literatura especializada sobre o feminismo (BARDIN, 1977).

A partir das entrevistas pôde-se verificar que o papel da mulher, por muitos anos, foi associado a manutenção da vida doméstica e da criação e educação dos filhos, enquanto aos homens eram atribuídos papéis do sustento familiar pelo trabalho externo e a participação nas decisões públicas da sociedade. Entretanto, até os dias de hoje ainda encontramos pensamentos tradicionais sobre o papel da mulher, como comenta uma das entrevistadas: *“eu vejo ainda essa coisa da mulher dona do lar, casada, que serve o homem e cuida da casa”* (Alice, 22 anos, graduanda de Administração).

A naturalização feita pela sociedade sobre o papel da mulher encontra justificativa a partir da sua capacidade biológica de ser mãe. Com isso, tal papel se inscreve como da ordem da “natureza feminina” e mascara a realidade, o que possibilita o surgimento e legitimação do papel masculino. Em outra entrevista, uma das estudantes comenta que *“Não é o sexo que determina o que eu devo fazer”* (Joana, 20 anos, graduanda de biomedicina), o que demonstra a insatisfação e não aceitação diante de situações de preconceito e discriminação. Por meio da desnaturalização do papel imposto à mulher considerada adequada e normal, conforme Rago (2004) comenta, o modelo feminino universalizante imposto historicamente pelo discurso médico vitoriano, pelo direito, pela família, pela igreja, em sumo, pelo olhar masculino, pode ser desconstruído e reformulado. Nas colocações de outra entrevistada, evidencia-se a tentativa de desconstrução de uma única identidade considerada “natural” para a mulher brasileira: *“Não é mulher, são mulheres, cada mulher é diferente da outra”* (Iasmim, 20 anos, graduanda de Direito).

Os enfrentamentos pela livre escolha da maternidade, por meio de contracepção livre e gratuita e do aborto como direito político, levantados principalmente pela luta política das mulheres francesas na década de 1970, rompe com a definição da mulher como naturalmente mãe, o que faz com que a conquista desse direito seja fundamental para liberar as mulheres do lugar central na vida privada, e possa promover a condição de liberdade e igualdade social (SCAVONE, 2001). Uma das mulheres entrevistadas comenta: *“(…) acredito que a maternidade tem que ser uma escolha. A mulher pode se sentir à vontade de querer ser mãe*

VIII SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

29 a 30 de Novembro de 2018

ou não querer, mas ela não tem essa obrigação” (Graziela, 22 anos, graduanda de Comunicação e Mídias). Nesse sentido, percebe-se que o processo de desconstrução da definição da mulher em torno da maternidade é um discurso que perpassa algumas mulheres na contemporaneidade brasileira.

Rago (2004) defende que nos dias de hoje as mulheres mais jovens entram de forma diferente no mercado de trabalho e no mundo público do que entravam décadas atrás, empoderadas e com mais autonomia e condições de estabelecer relações de gênero menos hierarquizadas e autoritárias. Nesse sentido, uma das estudantes acredita que *“a mesma capacidade que o homem tem, a mulher tem, o que ele pode fazer, a mulher pode fazer [...], a capacidade cognitiva e intelectual é a mesma, então tem que lutar por igualdades trabalhistas sim”*, (Isadora, 44 anos, graduanda de psicologia). Considerações que parecem aproximar-se das ideias feministas de que é importante lutar pelas mesmas oportunidades e mesmas remunerações destinadas às mulheres e aos homens no mundo do trabalho.

Oliveira e Marcondes (2004) consideram que a atualidade está marcada por um movimento pós-feminista, no sentido de ser um momento em que muitas teses do feminismo foram transformadas em mudanças socioculturais, mudanças que causaram impactos visíveis na vida das pessoas e serviram como objeto de reflexão. Em uma das entrevistas, a estudante afirma: *“eu vim pra faculdade e tive mais contato com as discussões, [...] e o feminismo me ajudou muito a lidar com o meu corpo, como eu me vejo, [...] e não ter que simplesmente seguir aquilo que estavam me impondo”* (Graziela). Além disso, as concepções feministas também culminaram em uma maior discussão sobre a vida da mulher também no que diz respeito a sua sexualidade, e retiraram parte do tabu existente sobre o tema conforme as diferentes gerações femininas, aspecto perceptível nas colocações da mesma estudante que relata:

“Eu acho que atualmente a gente está crescendo nos debates sobre sexualidade da mulher, as mulheres também estão mais abertas pra falar sobre isso, porque minha avó não conversa, mas minha mãe conversa comigo sobre isso. Só que mesmo com a minha mãe é limitado. Agora se eu for conversar com uma amiga, ela vai falar sobre questões tanto de orientação sexual, como de sexo, de várias coisas tranquilamente” (Graziela).

Conforme Rago (2004, p. 2), “[...] o discurso feminista foi incorporado em muitas dimensões, produzindo importantes efeitos na sensibilidade e no imaginário social, claramente perceptíveis na vida cotidiana”. Nesse sentido, uma das estudantes comenta: *“Eu*

VIII SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

29 a 30 de Novembro de 2018

me sinto apoiada pelo movimento e isso reflete bastante na minha vida profissional, na minha vida pessoal. O movimento me conscientiza que eu posso ser da forma que eu quero ser” (Iasmin). As colocações da estudante parecem evidenciar um discurso que compreende a existência de subjetividades plurais e fluídas, o que poderá permitir que as mulheres sejam mulheres do modo que desejam ser.

Grosz (2002), afirma que o feminismo contribui para que modos de subjetivação e representação também do sujeito masculino sejam retirados das limitações equivocadas impostas pelo patriarcalismo e pelo machismo. Conforme Harding (apud RAGO, 2004, p. 13):

O pensamento feminista deve fundamentar suas análises críticas da natureza e das relações sociais no âmbito das vidas das mulheres. Entretanto, os homens também precisam aprender como fazer o mesmo a partir das suas condições históricas e sociais particulares, agindo como homens traidores da supremacia masculina e das relações de gênero convencionais.

Nesse sentido, uma das estudantes entrevistada questiona: *“Quem é a mulher para os homens? Precisa avançar como é que eles veem as mulheres, então o movimento feminista também tem esse papel de mostrar quem é a mulher e como é que o homem pode ver a mulher” (Isadora).* Essas indagações demonstram a preocupação em torno da educação não só das mulheres, mas também dos homens, essencial para que eles tenham a compreensão de um mundo mais filógeno, conforme apontara Rago (2004).

Diante da pesquisa realizada, considera-se que o movimento feminista possibilitou a criação de novos modos de subjetivação de mulheres brasileiras devido às reflexões pautadas na herança da história e das conquistas do feminismo e que levou a um “novo olhar” das mulheres sobre sua vida e condição na sociedade. Contudo, podemos observar diversos impasses quanto aos pensamentos e atitudes dessas mulheres e a posição em que a sociedade brasileira, ainda patriarcal e machista, as coloca, a qual a criminalização do aborto, o alto índice de violência doméstica e sexual, a pouca atuação das mulheres em cargos públicos/políticos importantes, o pouco reconhecimento da liberdade sexual feminina e a pressão para que a mulher se case e se torne mãe ainda são aspectos presentes nos discursos e práticas sociais no Brasil. Apesar das muitas conquistas realizadas pelo movimento e as muitas mudanças na vida das mulheres, que hoje se encontram com mais autonomia e empoderadas perante a sociedade, ressalta-se que a continuidade da luta é essencial para que se continue criando novas formas de subjetivação que indaguem sobre modelos machistas e sexistas e perpetuem discursos e práticas feministas.

VIII SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA
ISSN: 2317-0018
Universidade Estadual de Maringá
29 a 30 de Novembro de 2018

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade II**: o uso dos prazeres. Trad. ALBUQUERQUE, Maria Thereza da Costa. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984. p. 9-17.

GROSZ, E. Futuros feministas ou o futuro do pensamento. **Revista Labrys, Estudos Feministas**, 1-2, jul./dez. 2002.

OLIVEIRA, M.; MARCONDES, G. Contabilizando perdas e ganhos: maternidade, trabalho e conjugalidade no pós-feminismo. In: **XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais: Pobreza, desigualdade e exclusão social**. Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), Caxambu, MG, 2004.

RAGO, M. Feminismo e subjetividade em tempos pós-modernos. In: LIMA, C.C.; SCHMIT, S.P. (Orgs.). **Poéticas políticas feministas**. Florianópolis: Editora das Mulheres, 2004. p.31-41.

_____. Epistemologia Feminista, Gênero e História. In: PEDRO, J.; GROSSI, M. (orgs.) **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Mulheres, 1998.

SCAVONE, L. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 16, p. 137-150, 2001.